



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 045

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i>	<i>Ratinho Júnior</i>

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; Sem Partido: Rafael Greca

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE JUNHO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelo senhor deputado Chico Noroeste e pela deputada Cida Borghetti.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e, conforme requerimento aprovado nesta Casa, antecipando a Sessão de quinta-feira, 05.06, para este exato momento.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Projetos de Leis:

PROJETO DE LEI Nº 331/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatório o emprego de cruzetas de separação de cabos e fios aéreos de transmissão de energia elétrica ou de telecomunicações, nos casos em que:

I - a passagem das linhas aéreas estiver a menos de 1 (um) metro de distância dos ramos de cobertura vegetal;

II - haja risco de contato das linhas entre si ou destas com a cobertura vegetal;

III - seja inevitável o corte ou a poda da cobertura vegetal.

Art. 2º - A cruzeta de separação de linhas deve ser colocada de modo a evitar, eficazmente, o corte da cobertura vegetal urbana, o contato desta com as linhas, ou das coberturas entre si.

Art. 3º - A aferição técnica do preenchimento destes critérios será realizada pelas Secretarias de Estado responsáveis pelos assuntos ambientais e urbanísticos, em colaboração com as respectivas Secretarias Municipais.

Art. 4º - Preenchidos os requisitos do artigo 1º desta lei, a prática da poda da cobertura vegetal urbana sujeitará a Administração Pública e seu autor às penalidades previstas pela Lei Federal nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998, bem como as demais disposições legais.

Art. 5º - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A obrigatoriedade da instituição de “cruzetas” nos fios de transmissão de energia elétrica das cidades paranaenses, enquanto medida que combate a dendroclastia, ou seja, o corte indiscriminado de árvores, encontra-se na órbita da competência legislativa estadual, segundo o artigo 24, inciso VI e VII, da Constituição Federal.

A repartição constitucional de competências legislativas constitui característica indissociável da forma federativa de estado adotada entre nós. Salienta o constitucionalista Luiz Roberto Barroso que “União, Estados e Municípios têm suas atribuições demarcadas pela Constituição Federal e estabelecem entre si relações que não têm a marca da hierarquia, mas a do desempenho por legitimação própria das funções constitucionais assinaladas.”¹

Em primeiro lugar, compete aos Estados legislar sobre proteção do meio ambiente, observando as normas gerais estabelecidas em lei federal. A competência da União está lastreada na fixação de normas gerais (artigo 24, parágrafo 2º, da CF), podendo os Estados exercer competência legislativa suplementar para atender às suas peculiaridades locais (artigo 24, parágrafo 2º, da CF).

1. BARROSO, Luiz Roberto. A derrota da federação: o colapso financeiro dos Estados e Municípios. In: **temas de direito constitucional**. Rio de Janeiro - São Paulo: Renovar, 2001. p. 142.

Assim, o Direito Ambiental encontra-se submetido à competência legislativa concorrente que estabelece um verdadeiro consórcio legislativo entre a União, os Estados e o Distrito Federal porque permite a atuação dessas diferentes esferas de poder.

Sobre a competência legislativa concorrente, a indispensável lição do constitucionalista Raul Machado Horta:

“As Constituições Federais passaram a explorar, com maior amplitude, a repartição vertical de competências, que realiza a distribuição de idêntica matéria legislativa entre a União Federal e os Estados-Membros, estabelecendo verdadeiro condomínio legislativo, consoante regras constitucionais de convivência. A repartição vertical de competências conduziu à técnica da legislação federal fundamental, de normas gerais e de diretrizes essenciais, que recai sobre determinada matéria legislativa de eleição do constituinte federal. A legislação federal é reveladora das linhas essenciais, enquanto a legislação local buscará preencher o claro que ficou, afeiçoando a matéria revelada na legislação de normas gerais às peculiaridades e às exigências estaduais. A Lei Fundamental ou de princípios servirá de molde à legislação local.”¹

A doutrina e a jurisprudência têm encontrado dificuldades em identificar, no caso concreto, o que sejam normas gerais a pretexto de traçar os limites da competência legislativa federal. O jurista José Adérico Leite Sampaio assevera ser possível a construção jurídica do conceito de normas gerais a partir das qualidades que uma norma deve apresentar para ser considerada como tal: “Sua natureza principiológica ou diretiva (normas-diretrizes), a “Fundamentalidade” ou “essencialidade” do objeto de sua disciplina para o sistema jurídico-constitucional, seu amplo alcance subjetivo, de modo a contemplar todos os entes públicos (norma de caráter nacional), e também objetivo, a disciplinar todas as situações ou instituto jurídico de mesma espécie (norma uniforme).”²

A obrigatoriedade da instalação de cruzetas nos fios de transmissão de energia elétrica ou de telecomunicações no perímetro urbano das cidades paranaenses não tem natureza principiológica ou direta porque se constitui numa medida concreta e específica de proteção do patrimônio paisagístico. Encontra-se na esfera da competência estadual para complementar a legislação federal ambiental.

De outro lado, a matéria não se enquadra na órbita da competência legislativa municipal. Como ensina o mestre Alexandre de Moraes, “o artigo 30, II, da Constituição Federal preceitua caber ao município suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, o que não

ocorria na constituição anterior, podendo o município suprir as omissões e lacunas da legislação federal e estadual, embora não podendo contraditá-las, inclusive nas matérias previstas no artigo 24, da Constituição de 1998. Assim, a Constituição Federal prevê a chamada competência suplementar dos municípios, consistente na autorização de regulamentar as normas legislativas federais ou estaduais, para ajustar sua execução a peculiaridades locais, sempre em concordância com aquelas e desde que presente o requisito primordial de fixação de competência desse ente federativo: interesse local.”³

A competência legislativa municipal na proteção do meio ambiente resume-se à complementação da legislação federal e a estadual, sem contrariá-las, e somente no que diga respeito a assuntos de interesse local. Ainda, para Alexandre de Moraes, “apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se àqueles interesses que disseram respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estado) ou geral (União).”⁴ A instalação de cruzetas é uma medida que transcende o interesse local: tem por objetivo proteger o patrimônio ambiental paranaense não dizendo respeito exclusivamente a uma necessidade imediata do município. O interesse predominante não é o local e sim o regional.⁵

De outro lado, a matéria não envolve legislação sobre energia ou telecomunicações, assuntos de competência legislativa privativa da União, segundo o artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal.

Em segundo lugar, a competência administrativa para o exercício da polícia ambiental, fiscalização e imposição de sanções administrativas em virtude de condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, é comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme o artigo 23, inciso VI, da Constituição Federal. Ensina José Afonso da Silva que a competência comum importa a faculdade de “praticar atos, em determinada esfera, juntamente e em pé de igualdade, consistindo, pois num campo de atuação comum às várias entidades, sem que o exercício de uma venha a excluir a competência de outra, que pode assim ser exercida cumulativamente.”⁶ Isto justifica a atuação conjunta das secretarias estaduais e municipais na implementação da presente legislação.

3. MORAES, op. cit., p. 303.

4. MORAES, op. cit., p. 301.

5. Como leciona Alexandre de Moraes, a distribuição constitucional de competências está orientada pelo princípio de predominância do interesse, cabendo à União legislar sobre questões de predominância do interesse geral; aos Estados, de predominância regional; aos Municípios, os assuntos de interesse local. Moraes, Alexandre de **Direito constitucional**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 278.

6. SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p.479.

1. HORTA, Raul Machado. **Estudos de direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.p.366.

2. SAMPAIO, José Adérico Leite. **A Constituição reinventada pela jurisdição constitucional**. Belo Horizonte: Dell Rey, 2002. p. 639.

No que tange ao aspecto material, o presente projeto de lei visa assegurar a efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, consagrado no artigo 225, da Lei Fundamental. A obrigatoriedade da instalação de cruzetas nos fios de transmissão de energia elétrica ou de telecomunicações é uma medida simples e eficiente para combater a poda drástica e indiscriminada da cobertura vegetal que tem colocado em risco a sua função ecológica e provocando, muitas vezes, a morte de árvores centenárias. Objetiva-se, portanto, cumprir o artigo 225, inciso VII, da Constituição Federal que determina incumbir ao Poder Público “proteger a fauna e flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.”

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Encontra-se em nosso poder a inscrição do deputado Elton Carlos Welter e da deputada Elza Correia. Pediria a compreensão dos nossos colegas porque o deputado José Maria estava inscrito, e como é uma antecipação da Sessão não há Grande Expediente, não há Pequeno Expediente.

Pedimos a compreensão para que tenhamos apenas a votação da Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, em entendimento com o deputado Ângelo Vanhoni, líder do Governo, abro mão. Faço o meu pronunciamento na terça-feira.

Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para dizer que estou colocando à Mesa, porque amanhã é o Dia Mundial do Meio Ambiente, um projeto que institui a obrigação do emprego de cruzetas de separação de cabos e fios elétricos nos cabos aéreos de transmissão de energia ou de telecomunicações nas áreas urbanas de todo o Paraná. Isso porque Maringá possui, Londrina possui, mas aqui em Curitiba, a nossa Copel tem se associado a empreiteiras ligadas à Prefeitura de Curitiba, que ganham por volume de galhos podados das nossas árvores, e o patrimônio verde da nossa cidade, por causa dessa cobiça de podar as árvores, está sendo dilapidado. Jacarandás, sibiporunas, ipês, o tesouro verde que cobre a antiga capital ecológica, para alimentar empreiteiras que querem ganhar dinheiro, está sendo cortado, podado em Curitiba.

Ganham por quilo de árvore podada. E eu não acredito que o presidente da Copel, o ex-governador Paulo Pimentel queira se associar nesse mercado de dendroclastia; dendro, do grego = árvore e clastia, do grego = inimizade ou atentado. Dendroclastas são os sicários do prefeito Taniguchi que destroem as árvores de Curitiba a

peso de ouro, e um ex-diretor da URBS, Euclides Rolvani, de lá saiu para ser diretor da firma que ganha por quilo de árvore cortada, na cidade de Curitiba.

Por isso estou apresentando um projeto de lei e peço o apoio da Assembléia para salvar os jacarandás, as sibiporunas, os ipês, as magnólias, as árvores todas da minha querida cidade, aliás, algumas delas plantadas por gente de qualidade: o Barão de Capanema, que veio morar aqui no tempo de D. Pedro II; do Visconde de Taunay e de tantos outros como Cândido de Abreu que há muito tempo e antes de nós, amaram esta cidade e a deixaram verde para nós e para os que vão nascer.

Era isso.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vamos fazer o seguinte: concedo-lhe cinco minutos no Pequeno Expediente, para que V. Exa. possa falar o seu assunto.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna destacar uma decisão do Tribunal de Contas que ocorreu no dia 06 de maio, onde caminha a recomendação de intervenção no município de Nova Aurora e estou pedindo aqui, para que o governador agilize e encaminhe a esta Casa, indicando o interventor, porque lá está uma situação difícil, naquela cidade e que de preferência o interventor não seja uma pessoa da cidade, que seja uma pessoa isenta, porque lá se corre inclusive o risco, lá o Tribunal apurou um desvio de cinco milhões e trezentos mil reais. Recursos do Fundef, de empréstimos com agiotas, empresas fantasmas que foram apuradas pelo Tribunal de Contas e também funcionários fantasmas.

Então, o Tribunal de Contas identificou essas supostas fraudes, encaminhou para o Ministério Público e recomendou a intervenção da cidade de Nova Aurora, do Oeste do Paraná.

Por isso, acredito que o governador encaminhará rapidamente o projeto indicando o interventor para aquela cidade. Já finalizei meu pronunciamento, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há mais inscrições nem para o Grande Expediente e nem para o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 270/2003, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que altera a redação do artigo 110, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 085, de 27 de dezembro de 1999. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 270/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 110, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 085, de 27 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - À remoção só poderão concorrer os membros do Ministério Público que perfizerem seis meses de efetivo exercício na comarca em que são titulares”.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a alteração do artigo 110, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 085, de 27 de dezembro de 1999 (dispõe sobre a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná), cuja redação é a seguinte: “À remoção por merecimento só poderão concorrer os membros do Ministério Público que perfizerem seis meses de efetivo exercício na comarca em que são titulares, salvo se não houver com tal requisito quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabiliza a formação de lista tríplice”.

A proposta, que nos termos do artigo 23, *caput* da Lei Complementar nº 085/99, obteve o beneplácito do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, formalizado pela Resolução nº 06, de 19 de fevereiro do ano em curso (2003), visa excluir do texto legal a expressão “por merecimento” (constante da sua primeira parte) e os dizeres a partir da palavra “salvo” (inclusive) até o final do mencionado dispositivo (segunda parte), permanecendo a primeira parte com sua nova redação (*verbis*: À remoção só poderão concorrer os membros do Ministério Público que perfizerem seis meses de efetivo exercício na comarca em que são titulares”).

A justificativa da pretendida supressão - originária do colendo Conselho Superior do Ministério Público e acolhida pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça

e por esta Procuradoria-Geral de Justiça - é a constatação de que o texto legal ao possibilitar a remoção, ainda que sob condição (2ª parte), sem os seis (06) meses de efetivo exercício pelos interessados (1ª parte), vem possibilitando “uma inusitada movimentação na carreira, a qual nem sempre coincide com os objetivos institucionais” por representar fugaz permanência do Promotor de Justiça na Comarca, não raro restringindo-se a alguns dias. Assim, a suspensão das partes em referência do dispositivo constitui providência de interesse institucional que, como enfatizado pela Relatoria da proposta na origem, não ocasionará qualquer efeito colateral deletério: a Comarca que não vier a ser preenchida por remoção, sê-lo-á por promoção.

Por fim convém assinalar que da concreção da presente proposta não redundará nenhuma geração ou acréscimo de despesa mas, ao contrário, a diminuição de pagamentos de ajuda de custo por remoções sem o interstício de seis meses hoje possíveis com a redação atual do parágrafo 2º do artigo 110 da Lei Complementar nº 085, de 27 de dezembro de 1999.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 270/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise foi encaminhado a esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na forma de anteprojeto de Lei Complementar, pela Exma. Sra. Maria Tereza Uille Gomes, MD Procuradora Geral de Justiça o qual visa suprimir preceitos contidos na Lei Complementar nº 085, Estatuto do Ministério Público do Paraná, excluindo do texto do parágrafo 2º do artigo 110 a expressão “por merecimento” e também a exceção estabelecida quando o articulado disciplina: “salvo se não houver com tal requisito quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista tríplice,” objetivando corrigir situação incongruente que os referidos preceitos vêm ocasionando, quando do deslocamento de lotação de membros do Ministério Público dentro da mesma entrância, chamadas remoções, que sempre seguem critérios alternados para que possam ocorrer, vale dizer: por antigüidade, por merecimento, a pedido, por permuta e compulsoriamente.

Diante da síntese supra, chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 128 § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei tem por escopo adequar um problema interno do Ministério Público, onde o colegiado de Procuradores através do Conselho Superior do Ministério Público, tenta prevenir a ocorrência de situação injusta quando da ocorrência de deslocamentos de lotação dos membros do Ministério Público.

O parágrafo a que se pretende alterar disciplina como acontece a remoção por merecimento, preceituando que este merecimento depende de permanência de no

mínimo seis meses, com efetivo exercício na comarca em que se encontram como titulares, salvo se não houver quem aceite o lugar vago ou quando não houver disponibilidade de pessoal do Ministério Público para preencher a vaga, nestes casos, segundo a justificativa da proposta, elaborada pelo conselho Superior do Ministério Público, o que se quer é impedir que membros do Ministério Público sejam preteridos por outros que não contemplam o requisito imposto no caso de merecimento, criando situação anormal nas movimentações da carreira.

Cabe ressaltar que o Ministério Público do Estado do Paraná, Órgão essencial à aplicação da Justiça e de tão relevante atuação por tratar-se de mediador nos conflitos da sociedade, missão tão nobre, honrosa e sacrificada, composta por pessoas atentas às mudanças da lei, nos alerta para a necessidade de adequação da lei com a proposta em epígrafe, justa e coerente.

Faculta ainda ao Procurador Geral de Justiça conforme previsão legal do artigo 118 da Constituição Estadual, a possibilidade de iniciar o processo legislativo no que tange à matéria relativa ao estatuto do Ministério Público, objeto em estudo.

Estando o Projeto de Lei Complementar nº 270/2003, dentro da previsão legal e normas processuais legislativas, não havendo nenhum óbice para prosseguimento, somos de voto favorável à sugestão de alteração do parágrafo 2º do artigo 110 da Lei Complementar nº 085.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 036/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que sugere a construção de 3ª e 4ª faixas pelas concessionárias de rodovias no Estado do Paraná, nos locais das estradas onde existir faixa contínua. PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 219/2003. **Aprovado.**

INDICAÇÃO Nº 036/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O deputado Fernando Ribas Carli, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Ficariam obrigadas as Concessionárias de Rodovias do Estado do Paraná a construir 3ª e 4ª faixas nos locais das estradas onde existir faixa contínua com extensão superior a 300 metros, utilizando para isso o leito dos acostamentos já existentes.

2 - Esta norma seria aplicada nas estradas onde não houver previsão de duplicação no prazo máximo de 5 anos.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem por objetivo oferecer melhores condições de tráfego e segurança aos motoristas

que utilizam a malha rodoviária paranaense administrada por concessionárias. A construção das 3ª e 4ª faixas agilizaria o transporte de cargas e estimularia o turismo em nosso Estado.

Do ponto de vista das concessionárias, o custo das obras seria reduzido devido ao aproveitamento dos acostamentos das estradas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 219/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo obrigar a construção de 3ª e 4ª faixas pelas concessionárias de rodovias do Estado do Paraná, nos locais das estradas onde existir faixa contínua.

Fundamentação

A proposição fere norma (artigo 66) da Constituição do Estado, da iniciativa privada do senhor governador do Estado.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer contrário ao projeto em tela, e, como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, toma a iniciativa de apresentar a Indicação em anexo, que será encaminhada ao secretário de Estado dos Transportes, se aprovada for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DOUTOR LUCIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES INDICAÇÃO Nº 36/2003

P A R E C E R :

Quanto ao mérito, o projeto do ilustre deputado Ribas Carli, não pode ser questionado, pois vem em defesa da vida humana, e dá maior e melhor segurança nas rodovias estaduais.

Diz a assessoria legislativa da Casa que “pesa sobre ele o fato de invadir prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, conforme artigo 66 da Constituição Estadual”.

Do ponto de vista das Obras Públicas se recomendaria a indicação à Secretaria dos Transportes, no mínimo, da recomendação da construção das “terceiras vias”, em área de serra, ou de faixa contínua, condição essencial de segurança.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 038/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que sugere a construção de banheiros (masculino e feminino) pelas concessionárias de estradas de rodagem, para os usuários da via pedagiada. COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 236/2003. **Aprovado.**

INDICAÇÃO Nº 038/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O deputado Mauro Moraes, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - sugere a construção de banheiros (masculino e feminino) pelas Concessionárias de Estradas de Rodagem para a utilização dos usuários da via pedagiada.

2 - As Concessionárias de Estradas de Rodagem pedagiadas teriam o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem.

3 - A não observância ao determinado no item 1, sujeitaria a Concessionária de Estradas de Rodagem a multa diária de 200 (duzentas) UFIR's.

Sala das Sessões, em 20.05.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação visa garantir o conforto necessário à realização de suas necessidades fisiológicas, sem que se sinta constrangido em ter de estacionar o seu veículo no acostamento das estradas que, além do risco de ser abordado por algum "amigo do peito", se vê obrigado à exposição de parte de seu corpo, a fim de solucionar uma indisposição eventual em plena via pública e, em especial crianças e idosos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 236/2003

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Mauro Moraes, tem por objetivo obrigar as Concessionárias de Estradas de Rodagem a construírem banheiros para os usuários da via pedagiada.

Fundamentação

A proposição fere norma (artigo 66) da Constituição do Estado, da iniciativa privativa do senhor governador do Estado. Além disso a relação existente entre o Estado e as Concessionárias é contratual. Sendo esta a natureza de relação entre eles, os direitos assim como ônus estão, especificamente, disciplinados no Termo de Concessão e só poderão ser aditados da mesma forma, ou seja, por meio de aditamento contratual e não por imposição legislativa.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer contrário ao projeto em tela, e, como forma de preservar os nobres objetivos do deputado

Autor, toma a iniciativa de apresentar a Indicação em anexo, que será encaminhada ao secretário de Estado dos Transportes, se aprovada for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 038/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Mauro Moraes, sugere a construção de banheiros (masculino e feminino) pelas concessionárias de estradas de rodagem, para os usuários da via pedagiada.

Tendo em vista o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é de parecer favorável à presente indicação do nobre deputado Mauro Moraes à Secretaria de Estado dos Transportes que sugere a construção de banheiros (masculino e feminino), pelas concessionárias de estradas de rodagem para utilização dos usuários da Via Pedagiada.

Visto a matéria em tela ser de competência da Secretaria de Estado dos Transportes e a mesma representar o Estado junto às concessionárias de pedágio, no tempo oportuno poderá contemplar a referida indicação quando da revisão do contrato regulador e disciplinador das concessões.

A presente indicação do deputado Mauro Moraes é pertinente, pois visa garantir direitos ao cidadão de ter acesso a serviços de qualidades prestados pelas concessionárias de estradas de rodagem da via pedagiada.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 041/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que sugere a inclusão na malha rodoviária estadual, da estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras. PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 037/2003, de 21.05.2003.)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 038/2003

P A R E C E R :

A Indicação citada, refere-se à estadualização do trecho de estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

Esta Comissão chamada a se manifestar, opina favorável, em face de que tal propositura, trará benefício

a ambos os municípios, quer sob o aspecto social de fixação do homem no campo, quer sob o aspecto econômico, pois é do conhecimento geral que os pequenos municípios do interior do Paraná, não têm condições de pavimentar ou manter em boas condições suas estradas rurais.

Pelo exposto recomendamos a aprovação desta Indicação.

Sala das Comissões, em 03.06.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. falou “sugere”. Mas, ele sugere o quê?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sugere tudo isto que está aqui.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Tudo isso! Está bom.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Respondo-lhe dessa forma, mas não é por nada. É que o deputado Geraldo Cartário fez um pronunciamento neste sentido e eu, como Presidente, tenho que agir como magistrado e assim o faço todas as vezes que ocupo esta cadeira.

Pessoalmente, tenho que dizer que concordo integralmente com o posicionamento do deputado Geraldo Cartário, que usou a tribuna. Acho que é uma questão para esta Casa discutir, - na minha opinião pessoal, que não poderia estar emitindo aqui na condição de presidente - porque sugere a construção de uma ponte, a construção disso e a construção daquilo. Para a Assembléia Legislativa, acho que é uma questão de reflexão.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Se me permite a palavra pela ordem, senhor presidente, estou ouvindo V. Exa. falar sugere, sugere e sugere. Eu não peguei o discurso do deputado Cartário e também não peguei o conteúdo dessa sugestão, mas achei um termo não adequado; não soou bem esse “sugere”. Esse “sugere” é novo no Regimento Interno da Casa? De onde apareceu esse termo?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 121 e 174/2003 e do Projeto de Lei Complementar nº 270/2003.

Levanta-se a Sessão.

Indicações Legislativas:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 001

Autoria do deputado Reni Pereira

Súmula:

Sugere a estadualização do trecho de 28 km entre os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal, prolongando a rodovia PR-364

1º - A estadualização do trecho de vinte e oito quilômetro de estradas municipais que ligam os municípios de Altamira do Paraná a Laranjal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O referido trecho liga as regiões Centro e Sul do Estado, encurtando em muito a distância de diversos municípios da região com a Capital do Estado e o Porto de Paranaguá, propiciando aos mesmos maiores investimentos e facilidades no escoamento da safra agrícola.

A iniciativa é uma reivindicação de lideranças políticas e comunitárias da região, em face da defasagem econômica da mesma em relação às demais do Estado, sendo uma das principais razões deste quadro a precariedade das estradas ou a falta de acesso.

O trecho a ser estadualizado conta com a conservação atual dos municípios de Altamira do Paraná e Laranjal, entretanto é notório que as condições de conservação da mesma não atendem as necessidades regionais e as condições de trafegabilidade que a mesma requer, desta forma a estadualização constituir-se-á numa integração regional através do prolongamento da Rodovia PR-364 que hoje inicia no trevo de Campina da Lagoa e termina no trevo de Marquinho.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2003

Autoria do deputado Reni Pereira

Súmula:

Sugere ao Poder Executivo a criação da região turística “Caminho das Cataratas”.

1º - Estudos variados indicam que a atividade econômica que mais cresce no mundo é aquela relacionada ao turismo, gerando emprego e renda em progressão geométrica, especialmente o chamado turismo natural ou ecoturismo. Sendo praticado de maneira racional, duradoura e planejada é capaz de melhorar a qualidade de vida de uma grande parcela da população.

No trabalho “Progresso a partir do Turismo”, pág. 10, textualmente encontramos: “é uma forma de empreendimento econômico que:

- acontece em espaço natural visando a regeneração e produtividade de recursos ambientais renováveis;

- reconhece a contribuição das pessoas e comunidades, dos costumes e diferentes maneiras de viver à experiência turística;

- enfatiza a noção de que a população deve receber uma parcela justa dos benefícios econômicos advindos de suas atividades;

- afirma que o desenvolvimento turístico deve ser pautado segundo a vontade dos visitantes e das comunidades das áreas ocupadas.

2º - A conscientização da sociedade quanto às questões ambientais tem gerado crescente demanda por atividade de lazer e recreação em áreas naturais. Mas, a oferta de produtos ecoturísticos depende essencialmente da existência de área de significativo valor ecológico e cultural; da maneira como estas áreas são geridas; da existência de infra-estruturas adequadas e disponibilidade de recursos humanos capacitados. E isto só pode ser atingido através do planejamento amplo, integrado e participativo que considere:

- o respeito às culturas nativas;
- o uso sustentável dos recursos;
- a proteção da biodiversidade;
- a integração do turismo nos planos e projetos comunitários com a participação da população residente;
- o apoio às economias locais;
- consulta a todos interessados;
- a capacidade de recursos humanos;
- as pesquisas de mercado;
- as estratégias e mecanismos mercadológicos, e;
- o estudo prévio para minimização dos impactos ambientais e sociocultural.

3º - É inegável que a costa oeste paranaense preenche os requisitos necessários para uma ação efetiva de desenvolvimento do turismo natural. São inúmeras atrações que, se bem trabalhadas, dotadas da infra-estrutura necessária, materializarão todos enunciados dos estudos já realizados e pendentes nas escrivatinhas dos técnicos e políticos, para que se consiga colocar em prática políticas concretas que tornem real as idéias de desenvolvimento do setor turístico.

4º - Assim, como primeiro passo, sugerimos a criação de um programa na LDO, instituindo uma região turística oficial, envolvendo os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Céu Azul, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Itaipulândia, Missal, Ramilândia, Santa Helena, Diamante do Oeste, Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra - programa esse que poderá ser denominado "Caminho das Cataratas", que ao nosso ver, poderá gerar a mobilização necessária para o desenvolvimento planejado do turismo nos municípios participantes da costa oeste, estipulando todos projetos e recursos necessários, prazos e objetivos, sem que se burocratize as ações ou crie-se estruturas pesadas e onerosas que impeçam a sinergia requerida para o sucesso dos planos ajustados.

5º - Com a iniciativa ora proposta, inúmeras atividades ocupacionais e de renda seriam criadas no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, valorizando sobremaneira todos investimentos que se fizerem nos municípios limítrofes ao lago de Itaipu, hoje conhecida como costa oeste, justificando inclusive a realização de uma rodovia específica para dar fluxo ao turismo incremental.

6º - Necessário se faz esclarecer que em legislaturas passadas, outros parlamentares apresentaram alguns projetos de lei criando regiões turísticas, sem obter qualquer resultado prático pela iniciativa, motivo pelo qual opta-se por uma indicação.

7º - Pelo exposto, na forma regimental - artigo 128 (com a redação da Resolução 003/2003, o deputado abaixo assinado, interpõe a presente Indicação, protestando pelos seus trâmites normais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 19.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 003/2003

Autoria do deputado Hermes Fonseca

Súmula:

Sugere a implantação de passagem livre para motocicletas nas praças de pedágio do Estado do Paraná.

1º - A receita com a cobrança da tarifa para as motocicletas é insignificante em relação aos demais veículos e, portanto, o desequilíbrio no contrato de concessão é irrelevante.

2º - O tráfego de motocicletas nas estradas não causa danos em seus pavimentos.

3º - Em alguns Estados da Federação, onde foi implantado o pedágio, as motocicletas têm passagem livre.

4º - E, finalmente, são muitos os mototaxistas e motoboys que sustentam suas famílias com o exercício do transporte de pessoas ou prestação de serviço de transporte de pequenos volumes.

Diante do exposto, sugere a V. Exa. a implantação de passagem livre para motocicletas nas praças de pedágio do nosso Estado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 004/2003

Autoria do deputado Delegado Bradock

Súmula:

Sugere a criação, em caráter emergencial, de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul.

1º - A criação, em caráter emergencial, de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul, o qual terá competência para atuar em Laranjeiras do Sul, Virmond, Canta Galo, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Marquinhos.

2º - Para o devido funcionamento do posto de atendimento supra mencionado, caberia ao Corpo de Bombeiros estruturá-lo com pessoal e equipamentos adequados às necessidades da região, com um número não inferior a 24 (vinte e quatro) pessoas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação tem por objetivo sugerir a criação de um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros para atuar na cidade de Laranjeiras do Sul e demais cidades da região sendo elas: Virmond, Canta Galo, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Marquinhos, considerando que aquelas cidades circundam o município de Laranjeiras do Sul e todas são atendidas pelo Corpo de Bombeiros da cidade de Guarapuava.

Cabe ressaltar que Guarapuava encontra-se a aproximadamente 114 km de Laranjeiras do Sul, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, por exemplo, na ocorrência de incêndios, pois até percorrê-la certamente muitas famílias terão seus bens e pertences perdidos pela ação implacável do fogo.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de catástrofes e de casos fortuitos, aquela região da mesma forma clama por um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros que irá dar-lhe a segurança nesta área de atuação.

Nestes termos, justifica-se a criação do posto de atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 005/2000

Autoria do deputado Delegado Bradock

Súmula:

Sugere a criação, no âmbito das Polícias Civil e Militar do auxílio moradia e transporte para os servidores públicos na ativa que ganhem até 1.500,00.

1º - A criação, no âmbito das Polícias Civil e Militar, o auxílio-moradia, sempre reajustado de acordo com os índices de inflação, a todos os servidores públicos na ativa integrante dos quadros das instituições policiais acima mencionadas que comprovem pagar aluguel ou financiamento de casa própria no valor de até R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao mês, por um prazo de até 25 (vinte e cinco) anos.

2º - Ficaria, também, criado no âmbito das Polícias Civil e Militar o auxílio-transporte para todos os servidores públicos ativos integrantes dos Quadros das Instituições acima mencionadas, no valor em espécie e ao mês, equivalente a 40 (quarenta) passagens de ônibus municipal da região onde esteja lotado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa da presente indicação tem por objetivo reparar uma injustiça há anos enfrentada pelas corporações das Polícias Civil e Militar. No que se refere ao auxílio-moradia, deve-se ressaltar a urgência deste benefício. Não é justo e nem moral e tampouco recomendável que um servidor integrante dos quadros das Polícias Civil e Militar tenha como endereço de sua residência uma favela e/ou um local de invasão, expondo a sua vida e da sua família em risco, além de poder ser corrompido pela promiscuidade que normalmente é produzida por algumas facções.

Quanto ao auxílio-transporte, se faz necessário para evitar que um policial - seja ele Militar ou Civil, fique exposto com sua farda ou colete em ruas ou rodovias solicitando carona de terceiros, subjugando a sua autoridade e colocando em risco sua vida.

Trata-se de fator dignidade, pois um servidor público com a responsabilidade que tem, com a autoridade que tem que impor, considerando ainda a exposição ao perigo diário que tem que se sujeitar no desempenho da atividade policial, deve ser mais valorizado e no mínimo ter condições básicas para locomover-se até seu trabalho, bem como morar com sua família em local digno e seguro.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 006/2003

Autoria do deputado Hermes Fonseca

Súmula:

Sugere ao senhor deputado federal Nelson Pellegrino, que se realize trabalho parlamentar que impeça a aprovação de Projeto de Emenda Constitucional nº 043/2000.

Considerando que,

Saneamento, segundo definição contida no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é o ato ou efeito de sanear e no conceito urbanístico é a série de medidas que tornam uma área sadia, limpa, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para uma população ou para a agricultura e nestas ações a água torna-se imprescindível;

Saneamento é ação de saúde pública, desenvolvimento econômico, proteção do meio ambiente e um direito do cidadão. É também um monopólio natural, o que elimina a possibilidade de concorrência entre os prestadores desse serviço essencial à vida. Saneamento é

um bem social que não pode ser confundido com mercadoria, por isso deve ser mantido sob gestão pública. Trata-se do último setor de infra-estrutura do país que ainda não foi privatizado.

A Constituição, em seu artigo 30, determina que os municípios brasileiros são os titulares para a gestão do saneamento, detêm o poder concedente sobre os serviços e são, portanto, responsáveis pela regulamentação de sua prestação, quando os serviços forem concedidos. A gestão municipal do saneamento assegura a integração e o planejamento das várias políticas públicas, como saúde, desenvolvimento urbano, meio ambiente. O município faz saneamento com tarifas mais baratas em relação às praticadas pelas companhias estaduais de saneamento, apresentando maior cobertura de atendimento e utilizando tecnologias apropriadas às populações atendidas.

As exigências econômicas da globalização determinam o desmantelamento de vários setores da economia das nações, como prova o memorando do FMI. O questionamento da titularidade do município sobre o saneamento exhibe a face da política de globalização de concentrar renda e poder, porque o Poder Local é instrumento de descentralização de renda, de exercício de participação e democracia, gestão eficiente e de resultados comprovados do serviço público. A determinação de privatizar o saneamento está expressa no memorando de política econômica firmado entre o governo brasileiro e o FMI, em 08 de março de 1999. Para privatizar o governo sabe que é indispensável a reforma da Constituição e a mudança da legislação que dispõe sobre as concessões dos serviços públicos de água e esgoto.

O município é a fonte geradora das tarifas e a gestão do saneamento mais próxima da população, requer das prefeituras compromisso com a qualidade e eficiência ao atendimento.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas.

No exercício de sua autonomia municipal, compete ao município entre outros, legislar sobre assuntos de interesse local assim como, organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, inciso V, da Constituição Federal.

O golpe constitucional que se configura com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 043/2000 que pretende retirar do Estado a competência sobre as águas subterrâneas, situando para mais longe a competência e necessidade dos municípios sobre a questão do saneamento, visando, talvez, a venda em bloco desse setor de serviços especiais e estratégicos. Dentre os serviços públicos existentes no Brasil cuja responsabilidade pertence ao Poder Público, o saneamento com certeza é o mais atraente e mais rentável por se tratar de monopólio natural. Não há qualquer possibilidade de competição na prestação desses serviços. Aliás, essa é

uma das razões que nos leva a sermos contrários à sua outorga para a iniciativa privada. Mas o governo agora aliado aos secretários estaduais de Saneamento, pretendem novamente tirar do município e dos prefeitos a autonomia de decidir sobre o que é melhor para a população local.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas e não podemos permitir que o governo federal concretize a retirada da titularidade municipal, perdendo o município toda e qualquer possibilidade de gerir e decidir sobre as prioridades locais.

Faz-se necessária a implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações de saúde pública, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e tratamento de resíduos sólidos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a fim de afirmar um serviço público que garanta os princípios básicos da universalização, equidade, integralidade e gestão com participação e controle social.

Os direitos humanos serão feridos ao tratar a água como mercadoria e não mais como um bem público, assim como viola o princípio constitucional da isonomia quando não contempla na universalização do serviço de saneamento básico à população rural e condiciona o acesso ao serviço mediante o pagamento de tarifas.

Não há justificativa para cassar a titularidade dos Estados em favor da União, sob o mote do interesse comum.

Sugerimos:

A rejeição pelo Congresso Nacional do Projeto de Emenda à Constituição 043/2000, sob pena de criar entraves no desenvolvimento e regulamentação do setor de saneamento básico, por ser água, como já salientamos, essencial à manutenção desses serviços.

Ainda, considerando a complexidade e a importância da regulamentação da política de saneamento básico, propomos uma ampla discussão com a sociedade e entidades responsáveis pela prestação desses serviços, principalmente com os municípios, a fim de construir uma proposta que respeite a Constituição da República Federativa do Brasil e os reais interesses do povo brasileiro.

Lutar pela implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações capazes de assegurar o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais, o tratamento dos resíduos sólidos e o controle da transmissão de doenças nas áreas urbanas e rurais, que garanta os princípios básicos da universalidade, integralidade e gestão pública com controle social.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 007/2003

Autoria do deputado Hermes Fonseca

Súmula:

Sugere ao senhor deputado federal Nelson Pellegrino, que se realize trabalho parlamentar que impeça a aprovação de Projeto de Emenda Constitucional nº 043/2000.

Considerando que,

Saneamento, segundo definição contida no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é o ato ou efeito de sanear e no conceito urbanístico é a série de medidas que tornam uma área sadia, limpa, habitável, oferecendo condições adequadas de vida para uma população ou para a agricultura e nestas ações a água torna-se imprescindível;

Saneamento é ação de saúde pública, desenvolvimento econômico, proteção do meio ambiente e um direito do cidadão. É também um monopólio natural, o que elimina a possibilidade de concorrência entre os prestadores desse serviço essencial à vida. Saneamento é um bem social que não pode ser confundido com mercadoria, por isso deve ser mantido sob gestão pública. Trata-se do último setor de infra-estrutura do país que ainda não foi privatizado.

A Constituição, em seu artigo 30, determina que os municípios brasileiros são os titulares para a gestão do saneamento, detêm o poder concedente sobre os serviços e são, portanto, responsáveis pela regulamentação de sua prestação, quando os serviços forem concedidos. A gestão municipal do saneamento assegura a integração e o planejamento das várias políticas públicas, como saúde, desenvolvimento urbano, meio ambiente. O município faz saneamento com tarifas mais baratas em relação às praticadas pelas companhias estaduais de saneamento, apresentando maior cobertura de atendimento e utilizando tecnologias apropriadas às populações atendidas.

As exigências econômicas da globalização determinam o desmantelamento de vários setores da economia das nações, como prova o memorando do FMI. O questionamento da titularidade do município sobre o saneamento exibe a face da política de globalização de concentrar renda e poder, porque o Poder Local é instrumento de descentralização de renda, de exercício de participação e democracia, gestão eficiente e de resultados comprovados do serviço público. A determinação de privatizar o saneamento está expressa no memorando de política econômica firmado entre o governo brasileiro e o FMI, em 08 de março de 1999. Para privatizar o governo sabe que é indispensável a reforma da Constituição e a mudança da legislação que dispõe sobre as concessões dos serviços públicos de água e esgoto.

O município é a fonte geradora das tarifas e a gestão do saneamento mais próxima da população, requer das prefeituras compromisso com a qualidade e eficiência ao atendimento.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas.

No exercício de sua autonomia municipal, compete ao município entre outros, legislar sobre assuntos de interesse local assim como, organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, inciso V, da Constituição Federal.

O golpe constitucional que se configura com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 043/2000 que pretende retirar do Estado a competência sobre as águas subterrâneas, situando para mais longe a competência e necessidade dos municípios sobre a questão do saneamento, visando, talvez, a venda em bloco desse setor de serviços especiais e estratégicos. Dentre os serviços públicos existentes no Brasil cuja responsabilidade pertence ao Poder Público, o saneamento com certeza é o mais atraente e mais rentável por se tratar de monopólio natural. Não há qualquer possibilidade de competição na prestação desses serviços. Aliás, essa é uma das razões que nos leva a sermos contrários à sua outorga para a iniciativa privada. Mas o governo agora aliado aos secretários estaduais de Saneamento, pretendem novamente tirar do município e dos prefeitos a autonomia de decidir sobre o que é melhor para a população local.

A Titularidade Municipal sobre os serviços de saneamento, estimula o controle social e a participação da população no estabelecimento dessas políticas públicas e não podemos permitir que o governo federal concretize a retirada da titularidade municipal, perdendo o município toda e qualquer possibilidade de gerir e decidir sobre as prioridades locais.

Faz-se necessária a implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações de saúde pública, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e tratamento de resíduos sólidos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a fim de afirmar um serviço público que garanta os princípios básicos da universalização, equidade, integralidade e gestão com participação e controle social.

Os direitos humanos serão feridos ao tratar a água como mercadoria e não mais como um bem público, assim como viola o princípio constitucional da isonomia quando não contempla na universalização do serviço de saneamento básico à população rural e condiciona o acesso ao serviço mediante o pagamento de tarifas.

Não há justificativa para cassar a titularidade dos Estados em favor da União, sob o mote do interesse comum.

Sugerimos:

A rejeição pelo Congresso Nacional do Projeto de Emenda à Constituição 043/2000, sob pena de criar entraves no desenvolvimento e regulamentação do setor

de saneamento básico, por ser água, como já salientamos, essencial à manutenção desses serviços.

Ainda, considerando a complexidade e a importância da regulamentação da política de saneamento básico, propomos uma ampla discussão com a sociedade e entidades responsáveis pela prestação desses serviços, principalmente com os municípios, a fim de construir uma proposta que respeite a Constituição da República Federativa do Brasil e os reais interesses do povo brasileiro.

Lutar pela implantação de uma política nacional de saneamento que contemple ações capazes de assegurar o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a drenagem de águas pluviais, o tratamento dos resíduos sólidos e o controle da transmissão de doenças nas áreas urbanas e rurais, que garanta os princípios básicos da universalidade, integralidade e gestão pública com controle social.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.05.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissão Permanente:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Saúde Pública, sob a presidência do senhor deputado Doutor Luciano e com a presença dos seguintes deputados: Nelson Justus, Duílio Genari, Padre Paulo Campos e Vanderlei Iensen. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião com o fim específico de proceder a eleição para vice-presidente, onde constatou-se a maioria dos votos no nome do senhor deputado Padre Paulo Campos. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Osmar Prestes, secretário desta Comissão.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e três às 14h00, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Francisco Bühner, Elza Correia, Ratinho Júnior, José Maria Ferreira, presidindo a reunião, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária a ser submetida à apreciação desta, conforme pauta: Primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da

Ata da reunião anterior, (4ª reunião), na sequência o senhor deputado Francisco Bühner, pede dispensa, todos aprovam; após isto, o senhor presidente, deu continuidade à pauta: 01) Indicação nº 12/2003 de autoria do deputado Hermes Fonseca, que sugere ao Poder Executivo, a implantação de passagem livre para motocicletas nas praças de pedágio no Estado do Paraná. Enviada diligência ao órgão competente, Secretaria dos Transportes, recebemos material referentes à matéria em voga, onde verificamos que a percentagem média da arrecadação oriunda da cobrança de motocicletas nas praças de pedágio no Estado do Paraná, representa apenas 0,24% do total arrecadado, e a isenção sugerida não acarreta desequilíbrio significativo no contrato de concessão em questão, isto exposto aos demais membros, pelo relator, deputado Francisco Bühner, o mesmo manifesta-se favorável em seu parecer, sendo aprovado unanimemente, pois apresentou justificativas coerentes até de cunho social, quando menciona os trabalhadores autônomos que circulam pelas rodovias pedagiadas utilizando motocicletas, enaltecendo assim, a iniciativa do autor da indicação, que vem beneficiá-los. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, demais deputados e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, às 17h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Luiz Accorsi, Alexandre Curi, Ratinho Júnior e Tadeu Veneri. O senhor presidente agradece a presença de todos, solicitando ao Relator da CPI, senhor deputado Ratinho Júnior, que proceda a leitura dos seguintes documentos: Requerimento de constituição, bem como a Ata de Instalação da CPI. Na sequência, o senhor presidente informa a composição dos funcionários da Casa que estão designados para prestar assessoramento junto a esta CPI, a saber: Wilson Penka, secretário; Dra. Idília Débora Gineste, consultora jurídica; Solange Mann, Ceni F. Bregenski e Giselle Guérios Nardi, assessoras administrativas; Luiz Alberto de Lima, assessor administrativo e Alaor Valente Tavares, assessor parlamentar. O senhor presidente informa que gostaria de dividir os trabalhos da CPI em quatro subgrupos. Todos concordaram, ficando distribuído da seguinte forma:

Compra de ações da Sercomtel em 1998 para o senhor deputado Alexandre Curi; Contratos de compra e venda de energia e outros contratos e acordos extrajudiciais para o senhor deputado Vanderlei Iensen; Contratos participação e constituição de subsidiárias para o senhor deputado Luiz Accorsi; e Compra e venda de títulos e créditos tributários para o senhor deputado Tadeu Veneri. A seguir o senhor presidente determina à secretaria da Comissão que elabore alguns ofícios, a saber: Para a Copel: 01) Solicitando cópias de todas as Atas das reuniões do Conselho Deliberativo e da Diretoria da empresa, no período de 1994 até a presente data; 02) Contratos de constituição das subsidiárias da Copel, dos quais a empresa tenha a minoria ou maioria das ações; 03) Contratos de compra e venda de energia elétrica, especialmente aqueles da empresa CIEN e UEG de Araucária; 04) Contratos realizados no ano de 2002, com valores superiores a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Para a Junta Comercial do Paraná - Jucepar: 01) Solicitando cópias dos contratos de constituição de todas as subsidiárias da Copel e suas respectivas alterações sociais, inscritas e registradas nesta Junta Comercial. Para a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná: 01) Solicitando todos os Processos de Precatórios que seja parte a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel. Em seguida o senhor deputado Tadeu Veneri recomendou que os membros da CPI apresentem uma lista com nomes de pessoas que poderão ser ouvidas; e o senhor deputado Alexandre Curi solicitou que a Copel deixe um técnico ou corpo jurídico à disposição desta Comissão, que funcionaria como contato junto à empresa Copel. Após estarem os membros de acordo com o exposto, o senhor presidente marcou uma reunião para a próxima terça-feira, dia 25 do corrente às 08h00 na Copel. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, às 08h15, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Luiz Accorsi, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Durval Amaral mais a presença do senhor deputado Reni Pereira. Informa ainda o senhor presidente, a presença dos senhores dire-

tores da Copel: Diretor de Planejamento, Dr. Ivo Augusto P. de Abreu Pugnali; Diretor da Administração e Diretoria de Participações, Dr. Gilberto Serpa Griebler; Diretor de Finanças e Relações com Investidores, Dr. Ronald Tadheo Ravedutti; Diretor de Marketing, Dr. José Ivan Morozowski; Diretor de Relações Institucionais, Dr. Assis Corrêa, e Presidente do Conselho Administrativo da Copel, Dr. Ary Queiroz. O senhor presidente agradece a presença de todos e em especial ao senhor doutor Paulo Cruz Pimentel, diretor-presidente da Copel, pela acolhida que nos proporciona. O presidente comunica a todos a divisão desta CPI em subtemas, a saber: Compra de ações da Sercomtel em 1998 para o senhor deputado Alexandre Curi; Contratos de compra e venda de energia e outros contratos e acordos extrajudiciais para o senhor deputado Vanderlei Iensen; Contratos participações e constituição de subsidiárias para o senhor deputado Luiz Accorsi; e Compra e venda de títulos e créditos tributários para o senhor deputado Tadeu Veneri. A seguir o senhor presidente passa a palavra aos senhores deputados Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Reni Pereira, Luiz Accorsi e Durval Amaral, que passaram a fazer as suas indagações aos senhores diretores da Copel, obtendo suas respostas. Na sequência foi passado através de um vídeo, um slide sobre as subsidiárias da Copel e demais assuntos pertinentes. Neste momento o senhor presidente recebe 06 (seis) volumes de documentos diversos. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Ao final da reunião o senhor presidente marcou outra para amanhã, quinta-feira, dia 27 do corrente às 10h00 na sala de reuniões das Comissões. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e três na sala de reuniões das comissões, às 10:00 horas, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Durval Amaral, Alexandre Curi e Ratinho Júnior. Mais a presença do senhor deputado Chico Noroeste. O senhor presidente comunicou que o senhor deputado Luiz Accorsi justificou sua ausência. A seguir o senhor presidente solicitou a leitura das atas da 1ª e 2ª reuniões ordinárias. O senhor Durval Amaral requereu a dispensa da leitura das mesmas. O senhor presidente colocou em votação o requerimento verbal, sendo

o mesmo aprovado. O senhor presidente comunicou aos deputados presentes o recebimento do Ofício da Copel SDDA-C/0324/2203/DRI, datado de 25 de março do corrente, relativo ao envio da documentação que foi solicitada por esta CPI. Determinou ainda, o senhor presidente que o secretário da Comissão proceda à catalogação dos mesmos. O senhor presidente, igualmente, informou que o deputado Tadeu Veneri apresentou uma lista de depoentes que ele sugere para serem ouvidos após aprovação desta Comissão. O senhor deputado Alexandre Curi fez a entrega de dois documentos ao senhor presidente. Na sequência o senhor presidente determinou que seja oficiado à doutora Maria Tereza, procuradora geral de Justiça do Estado, para que a mesma autorize aos promotores que estão investigando o caso Olvepar, a comparecerem junto a esta Comissão Parlamentar para trazer esclarecimentos a respeito do assunto. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, informando aos presentes que serão marcadas doravante duas reuniões semanais, sendo uma às terças-feiras às 08h30 e outra às quintas-feiras às 10h e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e três na sala de Reuniões das Comissões, às 08h30, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Durval Amaral, Alexandre Curi, Ratinho Júnior e Ademar Traiano. Mais a presença da senhora deputada Elza Correia. A seguir o senhor presidente solicita ao senhor deputado Vanderlei Iensen que proceda à leitura da Ata da 3ª Reunião Ordinária. O senhor Durval Amaral requereu a dispensa da leitura. O senhor presidente colocou em votação o requerimento verbal, sendo o mesmo aprovado. O senhor presidente comunica a presença dos senhores promotores doutores Marcelo Alves de Souza, José Geraldo e Guilherme Freire Teixeira, designados para acompanhar o caso Olvepar SA. O senhor deputado Durval Amaral, solicitou que os senhores promotores prestem seus esclarecimentos como convidados em separado. Os senhores deputados concordaram. Os senhores promotores explanaram sobre o assunto. Na sequência os senhores parlamentares fizeram suas indagações. A Comissão deliberou que fossem elaborados alguns ofícios, conforme detalhamento a seguir: 01. Senhor Luiz Bernardi, Superin-

tendente da Receita Federal da 9ª Reunião Fiscal, 01. Solicitando a regularidade da situação fiscal federal da Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - Adifea/USP; 02. contabilização do valor constante da nota fiscal acima referida e sua respectiva declaração. Senhor Guilherme Hausner, diretor-presidente da Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - Adifea/USP de São Paulo, 01. Solicitando os atos constitutivos, tais como: Estatuto; Regimento interno; Certidão de Registro Civil expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; 02. Contrato de prestação de serviços de levantamento de comportamento tributário e seus acessórios (juros, multas e demais penalidades) de valores de crédito recuperáveis não aproveitáveis de ICMS celebrado com a Copel Distribuidora SA. 03. O parecer com o resultado do levantamento de valores de créditos recuperáveis de ICMS e respectivos relatórios - correlato com o item 2; e 4. A lista dos nomes dos atuais diretores e presidente. E quem por ela responde e a representa civil e criminalmente. Ao senhor doutor Adolpho José Melti, Reitor da Universidade de São Paulo, solicitando carta de reconhecimento por parte da Universidade, da Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - Adifea/USP. Ao senhor João Fayad, secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo. 01. Solicitando sujeição à tributação do Imposto Sobre Serviços- ISS da Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Da Universidade de São Paulo - Adifea/USP; 02) Incidência de lançamento da Nota Fiscal, série "C", o 196 de 12.09.2002, pelo mesmo valor descrito na primeira via ou valor diverso e a ocorrência do pagamento do imposto lançado; 03) O endereço da sede da Associação citada no item nº 1, para fins fiscais existente nos registros dessa Secretaria; 04. Cópia de cadastramento junto ao Município de São Paulo da Associação mencionado no item nº 1. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, informando aos presentes que serão marcadas doravante duas reuniões semanais, sendo uma às terças-feiras, às 08h30, e a outra às quintas-feiras, às 10h00 e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril de dois mil e três na sala de Reuniões das Comissões, às 10h30, foi realizada reunião

da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Durval Amaral, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Ademar Traiano e Tadeu Veneri. Mais a presença da senhora deputada Elza Correia. A seguir o senhor presidente solicitou ao senhor deputado Vanderlei Iensen que procedesse à leitura da Ata da reunião passada. O senhor Alexandre Curi requereu a dispensa da mesma. O senhor presidente colocou em votação o requerimento verbal, sendo o mesmo aprovado. O senhor presidente comunica o não comparecimento do senhor Alceu Adalberto Fardin, através de expediente enviado pelos seus representantes legais, senhores doutores Marlus H. Arns, de Oliveira, Rodrigo Sanchez Rios e Daniel Laufer, com a alegação da impossibilidade de seus advogados o acompanharem em seu depoimento junto a esta Comissão. O senhor presidente manifestou sua estranheza ao fato da ausência do depoente, já que o mesmo reside em Curitiba e os demais depoentes em nada dificultaram suas presenças, embora precisassem se deslocar de Londrina para esta Capital. Em seguida, o senhor presidente chamou o primeiro depoente, o senhor Rubens Pavan, que compareceu acompanhado com seus advogados: doutores Julio Brotto e Gilberto Baumann de Lima. O depoente prestou o Termo de Compromisso e respectivo juramento de dizer a verdade dos fatos por ele alegados em seu depoimento. Prestado o referido depoimento, o depoente entregou a esta comissão vinte e dois documentos, que foram posteriormente catalogados pela secretaria da Comissão. Os senhores deputados presentes inquiriram o depoente e após respondidas as perguntas, o senhor presidente deu por encerrado o depoimento, agradecendo a presença do senhor Rubens Pavan, dispensando-o. Logo após, o senhor presidente chamou o segundo depoente o senhor Luiz Cezar A. Guedes, que de igual modo prestou seu termo de compromisso e respectivo juramento. Em seguida o depoente fez suas explanações, sendo-lhe feitas perguntas pelos senhores deputados após concluído o seu depoimento. O senhor presidente convocou os senhores deputados, membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 08 de abril do corrente ano, às 08h30, no Plenarinho desta Casa de Leis, para a ouvida dos seguintes depoentes: Luiz Sérgio da Silva, Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini, Alceu Adalberto Fardin e Gino Azzoloni Neto. O senhor presidente comunicou que por deliberação desta Comissão, será encaminhado ofício ao senhor secretário de Governo do município de Londrina, solicitando o envio a esta Comissão de cópias autenticadas das 03 (três) Atas das reuniões do Conselho de Gestão Financeira, responsável pelo gerenciamento dos recursos da Sercomtel S/A. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da comissão, lavrasse a presente

Ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e três, no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, às 8h30, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Durval Amaral, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Ademar Traiano, Tadeu Veneri e Fernando Ribas Carli. Mais a presença do senhor deputado Duílio Genari. A seguir o senhor presidente solicitou ao senhor deputado Vanderlei Iensen que procedesse à leitura da Ata da reunião passada, a qual foi lida e aprovada. O senhor presidente faz a leitura de requerimento encaminhado pelo senhor Gino Azzoloni Neto, onde requer cópias de documentos. Em seguida, o senhor presidente chamou o primeiro depoente, o senhor Alceu Adalberto Fardin, que comparece acompanhado de seus advogados: doutores Marlus H. Arns de Oliveira, Rodrigo Sánchez Rios e Daniel Laufer. O depoente prestou o termo de compromisso e respectivo juramento de dizer a verdade dos fatos por ele alegados em seu depoimento. Prestado o referido depoimento. Os senhores deputados presentes inquiriram o depoente e após respondidas as perguntas, o senhor presidente deu por encerrado o depoimento, agradecendo a presença do senhor Alceu Adalberto Fardin, dispensando-o. Logo após, o senhor presidente chamou o segundo depoente, o senhor Gino Azzoloni Neto, que de igual modo prestou seu termo de compromisso e respectivo juramento. Em seguida o depoente fez suas explanações, sendo-lhes feitas perguntas pelos senhores deputados após concluído o seu depoimento. Na sequência o senhor presidente chamou o terceiro depoente, senhor Luiz Sérgio Da Silva, que comparece acompanhado de seus advogados: Antonio Acir Breda, Rodrigo Muniz Santos, Juliano Breda e José Guilherme Breda. O depoente prestou o termo de compromisso e respectivo juramento. O depoente fez suas considerações, sendo que após os senhores deputados fizeram suas perguntas. O senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem a próxima reunião, a ser realizada no dia 10 de abril do corrente ano, às 10h00, na sala de reuniões das Comissões, desta Casa de Leis, para a ouvida do depoente senhor Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini. O senhor presidente comunicou que após a reunião da Comissão, deliberaremos sobre o encaminhamento de alguns ofícios. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o

senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, mais a presença da senhora promotora Maria Lúcia Figueiredo Moreira, da promotoria de proteção do Patrimônio Público. A seguir o senhor presidente solicitou ao senhor deputado Vanderlei Iensen que procedesse a leitura da Ata da reunião passada. O senhor deputado Ratinho Júnior pede a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. Em seguida, o senhor presidente chamou o depoente, o senhor Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini, que comparece acompanhado com seu advogado Antonio Augusto Figueiredo Basto. O senhor presidente solicita à imprensa que não haja filmagem nem fotos do depoente, resguardando a este o direito de imagem. O senhor Antonio Augusto Figueiredo Basto justifica que seu cliente não irá ler o termo de compromisso, visto que o mesmo responde acusação feita pelo Ministério Público. O senhor presidente solicita então que o depoente cumpra o termo de compromisso verbalmente. Prestado o referido juramento. O depoente entrega à Comissão seu termo de declaração feita ao Ministério Público. Procedida a leitura do termo pelo senhor deputado Alexandre Curi. Os senhores deputados presentes inquiriram o depoente e após respondidas as perguntas, o senhor presidente deu por encerrado o depoimento, agradecendo a presença do senhor Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini, dispensando-o. O senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 15 de abril do corrente ano, às 08h30, na sala de reuniões das Comissões, desta Casa de Leis. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e três, na sala de reuniões desta Assembléia Legislativa, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho Júnior e Durval Amaral. O senhor presidente comunicou aos presentes o recebimento por parte desta Comissão dos documentos entregues pela Sulgrain (contrato social e sua respectiva alteração contratual, cópia da nota fiscal nº 093, cópia do contrato de prestação de serviços entre a Sulgrain e a Rodosafrá, cópia da notificação extrajudicial por quebra de contato entre essas duas empresas, cópia do acordo operacional entre a Sulgrain e a APPA e seu respectivo termo aditivo e declaração de disponibilização dos sigilos bancário e telefônico da empresa) e pelo senhor Milton João Machiavelli (seus extratos bancários originais). O senhor presidente pediu ao secretário desta Comissão que oficializasse ao presidente deste Poder a solicitação escrita do deputado Tadeu Veneri quanto a contratação de especialista ou escritório especializado em contratos administrativos e em Direito Tributário, para analisarem a legalidade dos contratos firmados pela Copel e transações referentes a recuperação e cessão de créditos tributários, respectivamente. Em seguida, o senhor solicitou aos assessores que se retirassem, convidando os deputados presentes a permanecerem no recinto para discutirem assuntos privados referentes ao andamento desta Comissão. O senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 22 de abril do corrente ano, às 17h00, no Plenarinho desta Casa de Leis, para a ouvida dos seguintes depoentes Nereu Antonio Procopiak Filho e Mário Roberto Berdoni e do convidado Gilberto Serpa Griebler. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e três, no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, às 17h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Alexandre Curi, Ratinho

Júnior, Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e mais os senhores deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva e José Maria Ferreira. O senhor presidente inicia com a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen requer a dispensa da leitura, a mesma foi aprovada. O senhor presidente comunicou aos presentes o recebimento de vários documentos que foram solicitados por esta Comissão. Informou, ainda, que após serem providenciadas as devidas cópias xerográficas, serão encaminhadas aos senhores deputados. Em seguida, o senhor presidente chamou o primeiro depoente, senhor Mario Roberto Bertoni, que comparece acompanhado com seu advogado Dr. René Dotti. o depoente faz a leitura do termo de compromisso. Os senhores deputados presentes inquiriram-no e após respondidas as perguntas, o senhor presidente deu por encerrado o depoimento, agradecendo sua presença. Na sequência o senhor presidente chamou o segundo depoente, senhor Antonio Nereu Procopiack Filho, que comparece acompanhado com seu advogado Dr. Emerson Ernani Woyceichoski. O depoente faz a leitura do termo de compromisso. Os senhores parlamentares fizeram os questionamentos e obtiveram as respostas. Em função do adiantado da hora o senhor presidente informa ao senhor Gilberto Griebler que está dispensado e será convidado para uma próxima reunião. A reunião transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 24 de abril do corrente ano, às 10h00, na sala de reuniões das Comissões desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e três, na sala de reuniões desta Assembléia Legislativa, às 10h30, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Ratinho Júnior. Os senhores deputados Durval Amaral, Ademar Traiano e Fernando Ribas Carli, justificaram suas ausências. A Ata da reunião anterior foi lida e aprovada por unanimidade. Os senhores deputados após entendimentos, concluíram por determinar as intimações dos senhores Edilson Matos Novak, superintendente da UEG Araucária Ltda., e Ricardo José Dória, engenheiro

da Copel S/A. O senhor deputado Ratinho Júnior solicitou ao presidente o envio de Ofício ao advogado Dr. Marlus Jorge Domingos, pedindo informações (a serem prestadas no prazo máximo de 48 horas) se aquele escritório de advocacia ou qualquer um dos seus associados é possuidor da conta corrente nº 98877704 do Citibank e se aquele escritório já prestou quaisquer serviços à Olvepar S/A Indústria e Comércio, à Rodosafra Logística e Transporte Ltda e à Plantarde Assessoria e Consultoria Ltda. O senhor presidente pôs em votação a solicitação, sendo a mesma aprovada. Em seguida o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 29 de abril do corrente ano, às 08h30, no Plenarinho desta Casa de Leis para a oitiva dos depoentes acima nominados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e três, no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, às 08h30, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Fernando Ribas Carli e mais a presença do deputado reni Pereira. O senhor presidente solicitou ao deputado Ratinho Júnior que fizesse a leitura da Ata anterior, a qual o deputado Vanderlei Iensen pediu a dispensa de sua leitura, o pedido foi aprovado por unanimidade. O senhor presidente dá conhecimento aos deputados presentes do comunicado apresentado pelo senhor Edilson Matos Novak, superintendente da UEG Araucária Ltda., justificando sua ausência para depor nesta reunião em razão de compromissos inadiáveis assumidos na cidade do Rio de Janeiro que impossibilitaram seu retorno no dia de hoje. O senhor presidente reintimou o depoente para o dia 06 de maio do corrente ano, no mesmo horário e no mesmo local. O senhor presidente passou a fazer a leitura da resposta mandada pelo Dr. Marlus Jorge Domingos Advogados e Associados referente ao Ofício nº 56/03, de autoria do deputado Ratinho Júnior. Logo a seguir, o senhor presidente chamou o senhor Ricardo José Dória, engenheiro eletricista da Diretoria de Marketing da Copel, para depor, conforme consta nas notas taquigráficas em anexo. Terminado o depoimento, o senhor presidente solicitou ao secretário desta Comissão

que intimasse a Sra. Dra. Hortênsia Tardelli, ex-funcionária da Copel e que assinou o contrato realizado entre a UEG Araucária Ltda. e a Copel, para depor no dia 06 de maio do corrente ano, no horário das 08h30 e na mesma data, também, será convidado a prestar novas informações para esta Comissão o senhor Ricardo José Dória, engenheiro da Copel S/A. Ficou determinado, ainda, o convite ao senhor Manoel Messias De Almeida, engenheiro químico da Compagas, também para a próxima reunião. Em seguida, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 06 de maio do corrente ano, às 08h30, no Plenarinho desta Casa de Leis para a oitiva dos depoentes acima nominados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e três no Auditório desta Assembléia Legislativa, às 08h30, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral. O senhor presidente convida o senhor Manoel Messias de Almeida, engenheiro químico da Companhia Paranaense de Gás - Compagás, que comparece para prestar esclarecimentos sobre a qualidade do gás. Temos ainda, a presença do senhor Ricardo José Dória, engenheiro eletricista da Diretoria de Marketing da Copel. Logo a seguir, o senhor presidente chamou o senhor Edilson Matos Novak, Diretor Administrativo Financeiro da UEG Araucária que faz a leitura do Termo de Compromisso. Terminado o depoimento, o senhor presidente solicitou ao secretário desta Comissão que proceda a segunda intimação da senhora doutora Hortênsia Tardelli, ex-funcionária da Copel e que assinou o contrato realizado entre a UEG Araucária Ltda e a Copel, para depor na próxima reunião. Em seguida, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 08 de maio do corrente ano, às 10h00, na sala de reuniões das comissões desta Casa de leis para a oitiva da depoente acima nominada. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e três na Sala de Reuniões das Comissões, no Prédio da Administração deste Poder, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Alexandre Curi e Ratinho Júnior. O senhor presidente solicita a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Vanderlei Iensen requereu a dispensa da mesma, sendo tal solicitação aprovada. O senhor presidente comunica aos presentes que pela segunda vez a Sra. Hortência Tardelli estava sendo intimada a depor perante esta Comissão e que ela novamente não havia comparecido e nem justificara sua ausência. Deste modo, o senhor presidente ordenou a tomada das medidas cabíveis junto à Procuradoria desta Casa de Leis para que a Sra. Hortência Tardelli compareça a esta Comissão mediante vara, solicitando a intervenção do Poder Judiciário, já que a mesma transgrediu por meio de sua omissiva as normas legais condizentes com o poder de polícia desta Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como os preceitos legais expostos no Código de Processo Penal, importando sua conduta em crime de responsabilidade. Em seguida, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 13 de maio do corrente ano, às 80h30, no Auditório do sub-solo do Edifício Tancredo Neves deste Poder Legislativo, na qual prestarão depoimentos a Sra. Carla Rosângela Oliveira e Sr. Valfrido Victorino Ávila. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e três no Auditório do Hotel Rayon, na cidade de Curitiba, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Ratinho Júnior, Fernando Ribas Carli e Durval Amaral. O senhor presidente convida o senhor depoente

01, na qualidade de convidado que prestasse esclarecimentos sobre a questão Olvepar, que foi corroborado com as informações dadas conjuntamente com o depoente 02, igualmente na qualidade de convidado. Ouvidos os depoimentos e feita as perguntas que os senhores deputados entenderam questionar, foi entregue pelos convidados documentos ao Presidente desta Comissão, deputado Marcos Isfer. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. Em seguida, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 13 de maio do corrente ano, às 08h30, no Auditório do sub-solo do Edifício Tancredo Neves deste Poder Legislativo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião de determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e três no Auditório desta Assembléia Legislativa, às 08h30, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Ratinho Júnior, mais a presença do senhor deputado Reni Pereira. O senhor presidente informa que devemos elaborar dois ofícios que devem ser encaminhados ao senhor presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, o primeiro, onde solicitaremos ao mesmo que tome medidas no sentido de não mais acatar o recebimento dos Projetos de Lei que visem criar as P.C.H. - Pequenas Centrais Hidrelétricas, quando da apresentação dos mesmos na Mesa do Plenário, até que seja apresentado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel; o segundo com relação à dificuldade que encontramos com a falta de veículo para que os assessores desta Comissão possam cumprir com seus deveres, tais como entregar intimações para depoimentos e entrega de documentação ou se deslocarem para outros lugares quando as reuniões desta Comissão se fazem necessárias. Tais ofícios foram devidamente aprovados pelos membros desta Comissão. Logo a seguir, o senhor presidente chamou a senhora Carla Rosângela de Oliveira, engenheira eletricista da Copel que fez a leitura do termo de compromisso, e inicia seu depoimento, os senhores deputados fizeram as perguntas que entenderam necessárias. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor deputado Vanderlei Iensen sugere a feitura de alguns ofícios, a saber: Para a Copel, solicitando cópias dos acor-

dos judiciais e extrajudiciais realizados por esta empresa, no período compreendido entre o ano de 1995, por parte da Companhia Paranaense de Energia Elétrica Copel de jatos de empresas particulares; relação de custos das reformas realizadas nos prédios da sede, das subsidiárias localizadas na Rodovia do Café no km 3 e na Rua Padre Agostinho. Tivemos ainda, por parte do senhor deputado Tadeu Veneri a solicitação de ofício, também para a Copel, pedindo cópia do contrato realizado entre a Copel e a empresa Fischer América Heads, para confecção de "Books" informativos. Todos os membros da Comissão aprovaram o encaminhamento dos citados ofícios. O senhor presidente solicitou ao secretário desta Comissão que proceda a intimação dos senhores doutores Fábio Ramos e Valfrido Victorino Ávila, diretor presidente da Tradener Ltda., para deporem na próxima reunião. Em seguida, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 15 de maio do corrente ano, às 10h00, na sala de reuniões das comissões desta Casa de Leis para a oitiva dos depoentes acima nominados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião de determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA
COPEL
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e três na Sala de Reunião das Comissões desta Assembléia Legislativa, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. O senhor presidente deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Ratinho Júnior e Durval Amaral, mais a presença do senhor deputado Reni Pereira. O senhor presidente solicita que o senhor deputado Alexandre Curi procedesse à leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em votação a Ata a mesma foi aprovada por unanimidade. Logo a seguir o senhor presidente fez a leitura da justificativa escrita da impossibilidade do comparecimento do senhor Fábio Ramos por compromissos inadiáveis anteriormente assumidos. O senhor presidente pediu ao depoente senhor Walfrido Victorino Ávila, diretor presidente da Tradener que compareceu acompanhado com seus advogados: Doutores Moacyr Correa Filho e Moacyr Correa Neto e fez a leitura do termo de compromisso, e iniciou seu depoimento. Terminado o depoimento, os senhores deputados fizeram as perguntas que entenderam necessárias. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas

cas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor deputado Vanderlei Iensen sugere o encaminhamento de ofício ao Ministério Público solicitando: 1) Cópia integral dos autos do processo de investigação da operação realizada entre a Copel e Olvepar relativas à restituição de créditos tributários e transferência dos mesmos; 2) Relação de todas as pessoas físicas e jurídicas que tiveram pedido a quebra dos sigilos bancário e fiscal; 3) Se a Adifea - Associação dos Diplomados das Faculdades de Economia e Administração da USP está sendo investigada pelo Ministério Público Estadual. Informar estágio dos investigados e principais resultados já obtidos. 4) Em caso afirmativo ao item anterior enviar cópia de todos aqueles documentos que possam contribuir com os trabalhos desta CPI. O senhor deputado Tadeu Veneri, solicitou ainda, o envio de expediente ao Juiz da 2ª Vara Criminal de Curitiba, solicitando o seguinte: 1) Cópia integral de todos os documentos que compõem a ação penal instaurada em razão da denúncia do Ministério Público do Paraná, que trata da operação envolvendo Copel e Olvepar na transação de créditos tributários; 2) Cópia integral do relatório do Banco Central que resultou do trabalho de rastreamento dos valores pagos pela Copel à Olvepar, na operação de transferências de créditos tributários de ICMS; 3) Caso ainda não tenha sido adotado esse procedimento, que seja requisitado do Banco Central que rastreie as transferências de todos os valores pagos pela Copel, na já mencionada operação que resultou no pagamento de R\$ 39.6 milhões de reais pela Copel. O senhor deputado Durval Amaral, solicitou o envio de dois ofícios com o mesmo teor, sendo um para a Copel e outro para a Tradener, a saber: Qual o lucro auferido pela Copel, excluídos os contratos feitos entre a Copel e a Tradener para a venda de sua energia? Quais foram as outras empresas geradoras de energia que efetuaram suas vendas através da Tradener? Com relação ao item acima: Quais são as partes contratantes? Quais os valores dos Contratos? Essas receitas foram contabilizadas? Desses contratos, informar individualmente quanto a Copel auferiu em cada um deles. O encaminhamento desses ofícios foram devidamente aprovados. O senhor presidente solicitou ao secretário desta Comissão que proceda a intimação dos senhores doutores Fábio Ramos e Pedro Augusto do Nascimento Neto, engenheiro eletricista da Copel, para deporem na próxima reunião. Em seguida, o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 20 de maio do corrente ano, às 08h30, no plenarinho desta Casa de Leis para a oitiva dos depoentes acima nominados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA
COPEL
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e três no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, às 08h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Vanderlei Iensen, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Ratinho Júnior e Alexandre Curi, mais a presença do senhor deputado Valdir Rossoni que participou por algum tempo. O senhor presidente solicita que o senhor deputado Alexandre Curi que proceda à leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em votação a mesma foi aprovada. Logo a seguir o senhor presidente fez a leitura de ofícios recebidos: O primeiro do Banco do Brasil, em resposta ao nosso ofício nº 63/2003; o segundo, o pedido do senhor Walfrido Victorino Vila, em que requer a cópia de seu depoimento realizado na data de 15.05.2003. O senhor presidente pediu ao depoente senhor Pedro Augusto do Nascimento Neto, engenheiro eletricista da Diretoria da Administração e Finanças da Distribuição - DAFD, que compareceu acompanhado com seus advogados: doutores Rodrigues Sanchez Rios e Marlus H. Arns de Oliveira e após fazer a leitura do termos de compromissos, iniciou seu depoimento. Terminado o depoimento, os senhores deputados fizeram as perguntas que entenderam necessárias. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor deputado Tadeu Veneri informa que como não temos quorum para aprovar o encaminhamento de ofício, quero apenas fazer a leitura do mesmo, pois aprovaremos na próxima reunião. O ofício é endereçado a 2ª Vara Criminal de Curitiba, que determine o rastreamento das contas bancárias das empresas e pessoas físicas tendo em vista identificar a origem e os beneficiários finais de todos os valores movimentados nas contas bancárias das pessoas físicas e jurídicas a seguir mencionados: Rodosafra-Logística e Transporte Ltda; Mega UP-Grade informática Ltda; Sulgrain Operações Portuárias Ltda; Plantarte Assessoria e Comércio Ltda; DDL Distribuição e Comércio Ltda. Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini. Overjet Informática Ltda; Milton João Machiavelli; Jorge Domingos Advogados Associados S/C; Mix Trade Comércio Internacional Ltda; Luiz Sérgio da Silva Procurador da Rodosafra - Logística e Transporte Ltda e Olvepar S/A Indústria e Comércio. O senhor deputado Alexandre Curi solicita à secretaria da Comissão que entre em contato com a Polícia Federal de Londrina, para ver da possibilidade de conseguirmos cópias do processo sobre a Sercomtel. O senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta comissão para comparecerem, próxima reunião, a ser realizada no dia 22 de

maio do corrente ano, às 10h00, na sala de reuniões das comissões desta Casa de Leis. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA
COPEL
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e três na Sala de Reunião das Comissões desta Assembléia Legislativa, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelos seguintes senhores deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi. Os senhores deputados dialogaram sobre os próximos passos a serem seguidos pela comissão. Após serem tratados vários assuntos, ficou acordado que a próxima reunião será na Copel, com toda sua diretoria. O senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 27 de maio do corrente ano, às 08h30, na sala de reuniões da Copel. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte sete dias do mês de maio de dois mil e três na sala de reuniões da Presidência da Copel, às 08h30, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, que contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Ratinho Júnior, Durval Amaral e Alexandre Curi. Presente ainda, o doutor Paulo Pimentel com os diretores Gilberto Serpa Griebler, Ronald Tadheu Ravedutti, José Ivan Morozowski, Assis Correia e o novo Diretor o Dr. Rubens Ghilard. Foram tratados vários assuntos, dentre os quais; UEG Araucária, CIEN, Olvepar e Sercomtel. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo, parte integrante da presente Ata. O senhor deputado Tadeu Veneri requer seja peticionado ao Juízo da 2ª Vara Criminal de Curitiba que determine o rastreamento das contas bancárias das empresas e pessoas físicas a seguir relacionadas, tendo em vista identificar a

origem e os beneficiários finais de todos os valores movimentados no período entre 06 de dezembro de 2002 e 30 de abril de 2003. Requer ainda, que sejam especificados os nomes e contas bancárias de todos os benefícios finais dos recursos movimentados nas contas bancárias das pessoas físicas e jurídicas que especifica: Rodosafrá - Logística e Transporte Ltda; Mega UP-Grade Informática Ltda; Sulgrain Operações Portuárias Ltda; Plantarte Assessoria e Comércio Ltda; DDL-Distribuição e Comércio Ltda; Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini; Overjet Informática Ltda; Milton João Machiavelli; Jorge Domingos Advogados Associados S/C; MIX Trade Comércio Internacional Ltda; Luiz Sérgio da Silva - Procurador da Rodosafrá e Olvepar. Colocado o mesmo em votação foi o mesmo devidamente aprovado. O senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem à próxima reunião, a ser realizada no dia 29 de maio do corrente, às 10h00, na sala de reuniões das Comissões. Nada mais a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
COPEL
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e três na sala de reuniões da presidência da Copel, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel. Presidida pelo senhor deputado Marcos Isfer, contou com as presenças dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Ratinho Júnior e Alexandre Curi. Os senhores deputados discutiram sobre vários assuntos afetos à Comissão, ao final ficou definida a pauta para as duas próximas reuniões, uma aqui na Assembléia e outra na cidade de Londrina sobre a questão da Sercomtel. Ficando a pauta assim definida: dia 03 de junho do corrente, teremos os seguintes depoentes: senhores doutores Ricardo Portugal Alves, André Grocheveski Neto, Sérgio Luiz Molinari, Luiz Fernando Leone Vianna, Cezar Antonio Bordin, e a senhora doutora Hortência Tardelli. Na reunião da cidade de Londrina, dia 05 de junho do corrente, teremos a acareação dos seguintes depoentes: senhores doutores Rubens Pavan, Gino Azzolini Neto, Luiz Cezar Guedes e Ismael Mologni. Ao final da reunião o senhor presidente convocou os senhores deputados membros desta Comissão para comparecerem às próximas reuniões, conforme pauta acima citada. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião e determinou que eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrasse a pre-

sente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
BANESTADO
ATA DA 14ª REUNIÃO

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), sob a Presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Nelson Justus, Waldir Leite, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, e Doutor Luciano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos com a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Em seguida foram ouvidos os depoentes, ex-diretores do Banestado os senhores Ricardo Sabóia Khury, Aroldo dos Santos Carneiro, Paulo Roberto Rocha Kruger, Valdemar José Cequinel, José Carlos Galvão e Élio Poletto Panato. As indagações dos deputados membros e as respostas dos depoentes constam das notas taquigráficas que passem a fazer parte integrante desta Ata. A seguir o deputado Neivo Beraldin convocou os senhores deputados membros da Comissão para a reunião no dia 03 de junho do corrente ano, com a presença do empresário Darci Fantin. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA - 10/06/2003
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 242/2003. Autor: deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivos da Lei nº 10.236/92 que dispõe sobre a instituição de taxa de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 14.05.2003.**

Projeto de Lei nº 243/2003. Autor: deputado Padre Paulo Campos, que concede aos estudantes da Rede Pública e Particular de Ensino Médio e Superior, e meio passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em**

14.05.2003. Vistas ao deputado Delegado Bradock em 20.05.2003. Vistas ao deputado Hermes Fonseca aprovada pelo Plenário em 27.05.2003.

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 206/2003. Autora: deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um Programa Permanente de plantio de árvores pelos estudantes do Ensino Fundamental da Rede Pública do Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Welter. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 256/2003. Autor: deputado Natálio Stica, que altera o artigo 4º da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. **Relator: deputado Marcos Isfer. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de lei nº 259/2003. Autor: deputado Carlos Simões, que autoriza a incorporação das localidades de Prainha e Cabaraquara no município de Matinhos. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 280/2003. Autor: deputado Elio Lino Rusch, que introduz alterações na legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), em relação aos produtos de mandioca. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.05.2003.**

Projeto de Lei nº 281/2003. Autor: deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de creches nas escolas estaduais que possuem cursos noturnos. **Relator: deputado José Maria Ferreira. Designado em 28.05.2003. Vistas ao deputado Elton Carlos Welter em 03.06.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 97/2003. Autor: deputado Natálio Stica, que institui o Programa Primeiro Emprego no Estado do Paraná.

Projeto de Lei nº 100/2003. Autor: deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Primeiro Emprego.

Projeto de Lei nº 255/2003. Autor: deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de no mínimo 5% de empregados com mais de 45 anos de idade, pelas empresas públicas com mais

de 40 funcionários e na contratação de serviços para fornecimento de mão-de-obra.

Projeto de Lei nº 267/2003. Autor: deputado Reni Pereira, que institui o Programa Emprego a Vida Toda, para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de 40 anos de idade. **Todos anexos. Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 105/2003. Autor: deputada Cida Borghetti, que institui o Programa Escolar de Acompanhamento Domiciliar. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 197/2003. Autor: deputada Cida Borghetti, que cria o Programa Nova Chance. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 198/2003. Autora: deputada Cida Borghetti, que institui o Programa Força Voluntária. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 261/2003. Autora: deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual de Ensino. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de lei nº 296/2003. Autor: deputado André Vargas e outros, que concede título de Cidadão Honorário ao Senhor Luís Inácio Lula da Silva. **Relator: deputado Delegado Bradock. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 289/2003. Autor: Poder Executivo, que altera a redação do inciso II, do artigo 18, da Lei nº 13.666/2002 (Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná). **Relator: deputado Antonio Anibelli. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 290/2003. Autor: Poder Executivo, que objetiva instituir, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas. **Relator: deputado Elton Carlos Welter. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 310/2003. Autor: deputado Hermas Brandão, que altera a redação da Lei nº 49/65, que declarou de Utilidade Pública o Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco do Estado do Paraná. **Relator: deputado Marcos Isfer, Designado em 04.06.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 56/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Alessandra Batisda Mancin - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 57/2003. Autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 131/2003. Autor: deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Organização Central das Associações de Desenvolvimento de Tuneiras do Oeste, com sede no município de Tuneiras e foro na comarca de Cruzeiro do Oeste. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 132/2003. Autor: deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação O Bom Samaritano de Paranaíba, com sede e foro no município de Paranaíba. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 137/2003. Autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Encontro Gospel do Paraná, com sede no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 154/2003. Autora: deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a APMI de Enéas Marques, com sede no município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 155/2003. Autor: deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Surdos e Terapia da Linguagem, com sede no município de União da Vitória. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 177/2003. Autor: deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a APAE de Tamarana, com sede no município de Tamarana e foro no município de Londrina. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 190/2003. Autor: deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Rotarianos de Carlópolis, com sede no município de Carlópolis. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 191/2003. Autor: deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Jamil Assad Jamus, com sede e foro no município de Mauá. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 195/2003. Autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Lar Bom Samaritano, com sede e foro no município de Cascavel. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 196/2003. Autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos dos Campos Gerais, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 202/2003. Autor: deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Icaraíma e Região, com sede e foro no município de Icaraíma. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**

Projeto de Lei nº 263/2003. Autor: deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Centro de Treinamento e Formação do Estudante, com sede e foro nesta Capital. **Relator: deputado Duílio Genari. Designado em 04.06.2003.**